

representa**coop**


relações
institucionais

INFORME **RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

[semanal]

IRP Nº 10 – ano 2026

16 a 20 de março de 2026

 **SistemaOcepar**
FECOOPAR | OCEPAR | SESCOOP/PR





SUMÁRIO

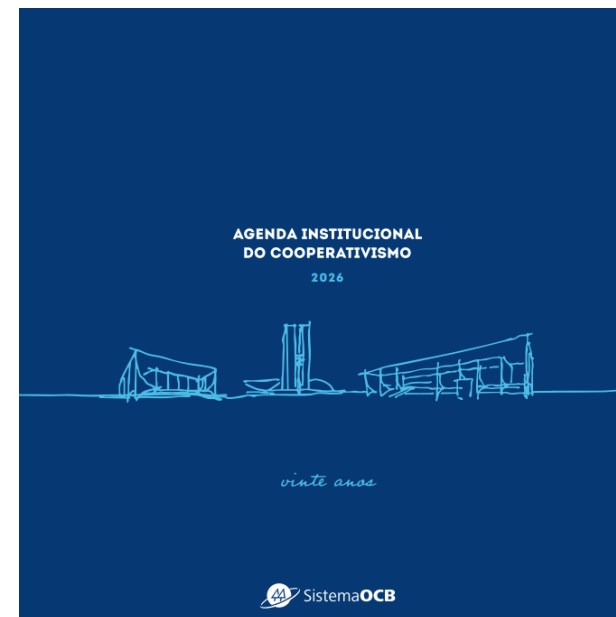
- Agenda Institucional do Cooperativismo 2026;
- Lançamento do programa de Educação Política;
- Seguro Rural em pauta;
- Destaques de normativos da semana.

LANÇAMENTO DA AGENDA INSTITUCIONAL DO COOP 2026

Sistema OCB lançou na última terça, dia 17 de março, em Brasília, a **Agenda Institucional do Cooperativismo 2026**, documento que consolida as principais prioridades do setor para o próximo ciclo dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. A iniciativa reúne propostas voltadas ao fortalecimento do ambiente de negócios das cooperativas e à ampliação de sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social do país. **Elaborada a partir das demandas de cooperativas de diferentes ramos e regiões, a Agenda se mantém como o principal instrumento de interlocução do setor econômico com os Três Poderes.** A edição de 2026 ganha relevância adicional ao coincidir com um contexto pré-eleitoral e com debates estruturantes no campo regulatório, o que exige maior coordenação institucional e atuação estratégica por parte do setor.

No âmbito do Poder Executivo, **destacam-se como prioridades o acompanhamento da regulamentação da reforma tributária, especialmente no que se refere à preservação do tratamento adequado ao ato cooperativo**, considerado essencial para garantir segurança jurídica e competitividade. Também estão no radar temas como a **modernização das relações de trabalho, a regulamentação de legislações recentes que ampliam a atuação das cooperativas**, como nos setores de seguros e telecomunicações, e o fortalecimento de políticas públicas e instrumentos de financiamento. No Poder Legislativo, a Agenda concentra esforços em proposições que ampliem o acesso ao crédito, reduzam entraves regulatórios e incentivem a expansão do modelo cooperativista. Já no Judiciário, o foco recai sobre temas relacionados à segurança jurídica, com destaque para a interpretação do tratamento tributário do ato cooperativo.

A edição de 2026 reúne 61 prioridades em tramitação no Congresso Nacional e 38 propostas voltadas ao Executivo, além de mapear temas relevantes no Judiciário. O documento reflete uma estratégia de atuação pautada pela organização, previsibilidade e defesa de avanços institucionais, especialmente em um cenário de menor dinamismo legislativo típico de anos eleitorais. O lançamento também marcou os 20 anos da Agenda Institucional do Cooperativismo, consolidando sua trajetória como referência no diálogo entre o setor e o poder público. Ao longo desse período, a publicação se firmou como ferramenta central de articulação política, traduzindo as demandas de milhões de cooperados e reforçando o papel do cooperativismo como vetor de desenvolvimento sustentável e inclusão econômica.



[Acesse aqui a versão online da Agenda Institucional do Cooperativismo 2026](#)

SISTEMA OCB LANÇA PROGRAMA DE EDUCAÇÃO POLÍTICA 2026

O Sistema OCB lançou, no dia 17 de março, o **Programa de Educação Política 2026**, durante a programação do encontro do Time de Relações Institucionais, em Brasília. A iniciativa **reforça a estratégia do cooperativismo brasileiro de ampliar sua participação nos espaços de decisão e fortalecer sua representação institucional no contexto do ciclo eleitoral**. Com o lema **"#PensenoCoop: Escolha o Caminho que Fortalece o Cooperativismo"**, o programa tem como objetivo fomentar a conscientização e o engajamento político de dirigentes, cooperados e lideranças, promovendo uma atuação mais qualificada e propositiva do setor no debate público. "Na hora de votar pense no coop" esse será o lema dos multiplicadores do programa de Educação Política em todo o país.

A iniciativa está **estruturada em seis eixos estratégicos**: propostas para o desenvolvimento de um ambiente mais favorável ao cooperativismo; formação de multiplicadores; integridade e boas práticas no processo eleitoral; estratégia e compromissos institucionais; comunicação política; e transparência e prestação de contas. O desenho busca articular ações de capacitação, mobilização e orientação, alinhadas às demandas do cenário político-institucional.

No contexto de um ambiente pré-eleitoral, o programa se insere como instrumento relevante para a organização da participação do setor, contribuindo para ampliar a capacidade de incidência do cooperativismo na formulação de políticas públicas. A proposta também **ênfatiza a importância da atuação em rede, envolvendo organizações estaduais, cooperativas e lideranças, com foco na construção de uma agenda coordenada**.

Entre as entregas previstas estão a **disponibilização de materiais orientativos, plataformas digitais, campanhas de comunicação e a consolidação do programa nos estados, com ênfase na formação de multiplicadores**. A participação das cooperativas deve ser adaptada às especificidades de cada organização que voluntaria a participar. Ao estruturar uma agenda de educação política, **o cooperativismo reforça sua estratégia de longo prazo voltada ao fortalecimento institucional**, à qualificação da participação democrática e à ampliação de sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social do país.

Vídeo institucional do lançamento do Programa de Educação Política 2026:



[Acesse aqui o vídeo da Presidente Executiva do Sistema OCB Tânia Zanella, lançando o Programa de Educação Política de 2026.](#)



SEGURO RURAL EM PAUTA

O **Projeto de Lei 2951/2024**, que trata das alterações no seguro rural, chega à Câmara dos Deputados, após a aprovação no final de 2025 na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

No início do mês de março o projeto recebeu apresentação de requerimento de urgência para sua tramitação – mecanismo que agiliza a tramitação do projeto na Casa, submetendo direto ao Plenário. Assim, já no início dessa semana, o **Dep. Pedro Lupion** (Republicanos/PR) – Presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) – **foi designado relator da matéria, gerando a expectativa de votação prioritária.**

Sob o mesmo ponto de vista, o **Deputado Federal Arnaldo Jardim** (CIDADANIA/SP) – Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop) – destacou que a bancada do agronegócio pretende realizar **três alterações no texto advindo do Senado:** 1. A inclusão das cooperativas de produção na cobertura do seguro rural; 2. o uso do seguro como garantia em empréstimos; e 3. a elaboração de um Fundo gerenciado pelo Ministério da Fazenda.

O **relatório** elaborado pelo Deputado paranaense tem **previsão de ser apresentado já na próxima semana.** Se realizadas as alterações mencionadas, o texto retorna ao Senado Federal para validação final, antes da sanção pelo Presidente da República.



DESTAQUES DE NORMATIVOS DA SEMANA

RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

Ato	Órgão	Quem assina	Assunto(s)	Ementa	Seção	Página(s)	Íntegra
NORMA DE PROCEDIMENTO FISCAL Nº 06/2026	Receita Estadual	Suzane Aparecida Gambetta Dobjenski DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL	ICMS interestadual	Fixa valores mínimos para o cálculo do ICMS nas operações interestaduais com produtos da pecuária que especifica.	Receita Estadual	128-129	NORMA DE PROCEDIMENTO FISCAL Nº 06-2026.pdf

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Ato	Órgão	Quem assina	Assunto(s)	Ementa	Seção	Página(s)	Íntegra
PORTARIA Nº 105-ADAPAR	ADAPAR	Prevenção e contenção de pragas Diretor Presidente	ICMS interestadual	Estabelece critérios e procedimentos complementares para prevenção e contenção das pragas Candidatus Liberibacter americanus e Candidatus Liberibacter asiaticus, causadoras do Huanglongbing (HLB), no Estado do Paraná.	SEAB	34-35	PORTARIA Nº 105-ADAPAR.pdf

Fonte: Elaboração própria com base em informações do Diário Oficial.

Como podemos melhorar nosso Informe?

Acesse o formulário pelo QR-code abaixo ou no link
<https://forms.office.com/r/xYwjCXWMUh> e deixe sua
sugestão e/ou opinião.

